

PODER / Moraes convoca 1ª turma para análise da decisão que tomou, na sexta-feira passada, depois que Musk não definiu um representante legal para a rede no Brasil. Bilionário ataca ministro e o acusa de interferir na eleição presidencial de 2022

Supremo julga bloqueio ao X

» FABIO GRECCHI

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Em publicação na conta que mantém na rede da qual é dono, bilionário chamou Moraes de "falso juiz"

O ministro Alexandre de Moraes convocou, ontem, a primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para analisar a suspensão de acesso do X no Brasil. A sessão virtual começou à meia-noite e durará até as 23h59 de hoje. A ordem de bloqueio foi dada na sexta-feira passada devido ao vencimento do prazo, encerrado às 20h07 da quinta-feira, para que o bilionário Elon Musk nomeasse um novo representante legal da empresa no Brasil, sob pena de suspensão da rede social.

Nos bastidores da Corte, Moraes vinha sendo aconselhado a buscar o consenso dos ministros a respeito do bloqueio do X como forma de dar mais peso à decisão e fazer com que torne-se do conjunto do STF. A primeira turma é integrada por Cármen Lúcia, Luiz Fux, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Moraes, que a preside.

Musk, por sua vez, continua a atacar o ministro. Em mais um ataque, ontem, chamou Moraes de "falso juiz" e acusou-o de interferir nas eleições presidenciais de 2022 — mas sem apresentar qualquer prova. Acusou, ainda, funcionários do X de terem sido "cúmplices" com a suposta interferência de Moraes.

"Há evidências crescentes de que o falso juiz se envolveu em

séria, repetida e deliberada interferência eleitoral nas últimas eleições presidenciais do Brasil. Pela lei brasileira, isso significaria até 20 anos de prisão. E lamento

dizer que parece que alguns ex-funcionários do Twitter foram cúmplices", publicou Musk.

Já alguns parlamentares bolsonaristas vêm acessando o X

por meio do VPN — redes privadas virtuais —, apesar da multa imposta por Moraes a quem o fizer. Um deles é o deputado Marcel Van Hattem (PP-RS), que

referiu-se à determinação do ministro como uma "ditadura".

Nikolas Ferreira (PL-MG), em uma publicação em inglês, também falou sobre o risco de ser multado, mas disse que "não vai recuar". Afirmando que se o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderia continuar postando no X, ele também tinha o direito. O mesmo argumento foi usado por Gustavo Gayer (PL-GO).

Sobre a publicação do TSE, que realizou postagens no sábado e ontem, a Corte afirmou que as postagens estavam programadas e, por isso, foram publicadas depois da determinação de Moraes.

Descumprimento

A Starlink avisou, ontem, à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que não cumprirá a determinação de Moraes de suspender o acesso ao X. Trata-se de uma reação da empresa de fornecimento de internet por satélite ao bloqueio das contas, pelo ministro, para que pague as multas que impôs à rede social por não tirar do ar contas de bolsonaristas que atacam o Estado Democrático de Direito e defendem a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

A informação foi adiantada pelo *G1*. O aviso do descumprimento da decisão de Moraes foi feito, informalmente,

ao presidente da Anatel, Carlos Baigorri — que deu ciência ao ministro do STF para que tome decisões adicionais se achar que são necessárias.

"Ao longo do dia, entrei em contato com os advogados da Starlink perante a Anatel e o que nos foi informado é que a Starlink não iria bloquear o acesso ao X enquanto não fossem liberados os recursos bloqueados pela Justiça associados à Starlink", afirmou Baigorri ao *G1*.

As duas empresas — X e Starlink — pertencem a Musk. A provedora é a principal empresa de fornecimento de acesso à internet em regiões de remotas do Brasil e tem o Exército como seu maior usuário — que está entre os 200 mil que assinam os serviços.

A decisão do ministro de bloquear as contas da Starlink para que salde a dívida de multas impostas à rede social por descumprimento de decisões judiciais foi vista com reservas por vários juristas e mereceu críticas até mesmo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

O bilionário há meses trava uma batalha, até então apenas verbal, contra o ministro, a quem acusa de proferir decisões irregulares, além de acusá-lo de "impor uma ditadura" do Judiciário ao Brasil. **(Com Fernanda Strickland e Agência Estado)**

CONGRESSO

Conselho vira palco de duelo de cassações

» EVANDRO ÉBOLI

O enfrentamento entre a esquerda e a direita se dá em frentes distintas no Congresso. No Conselho de Ética da Câmara, mesmo após um acordo para arquivamento de casos de quebra de decoro parlamentar, PT e PSol de um lado e o PL, do outro, seguem duelando. Num movimento inédito desde a criação do colegiado, em 2001, deputados tentam desarquivar no plenário da Casa casos já encerrados naquele colegiado.

Cinco parlamentares que foram alvos de ações no conselho tiveram a denúncia arquivada, considerada improcedente. Quatro delas, na verdade, nem andaram e as representações foram entendidas como ineptas e tiveram a admissibilidade rejeitada — por placares elásticos até. Ainda assim, por divergência política e ideológica, os adversários tentam ressuscitar essas representações.

São acusações sem gravidade e que possam levar à medida extrema, como a cassação do mandato. Nessas quatro, há deputado bolsonarista acionado no conselho por tumultuar uma audiência pública sobre a situação na Faixa de Gaza; petista respondendo por acusar uma opositora de "terrorista"; e outro

aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro que ameaçou "dar um soco" num colega do PSol.

O quinto e mais grave caso, que pode ser reaberto pelo plenário da Câmara, é a ação contra André Janones (Avante-MG), acusado de promover rachadinha no gabinete na Câmara, que é a prática de o titular do mandato pedir de volta parte do salário de um funcionário. No conselho, essa denúncia foi arquivada por 12 x 5, e o relator foi Guilherme Boulos (PSol-SP). Para salvar Janones, o candidato a prefeito de São Paulo — e que hoje é alvo de críticas na campanha por ter acobertado um suposto caso de corrupção — argumentou que o fato ocorreu quando o parlamentar mineiro não estava no atual mandato.

A possibilidade de recorrer ao plenário da Câmara e reabrir um caso arquivado por inépcia no conselho, que teve a admissibilidade rejeitada, é assegurada por um artigo do regimento interno da Casa, mas o recurso tem que ter o apoio de um décimo dos deputados — pelo menos 51 parlamentares. No caso de Janones, a iniciativa foi da deputada Bia Kicis (PL-DF), que colheu 61 adesões de outros bolsonaristas.

Esse recurso contra Janones, e os outros quatro, estão parados

Direita x Esquerda



Fotos: Mario Agra/Câmara dos Deputados

Caso Janones

Acusado de promover "rachadinha" no gabinete, o deputado se livrou após parecer de Guilherme Boulos a seu favor. A ação foi arquivada por 12 x 5. Numa iniciativa de Bia Kicis (PL-DF), bolsonaristas recorrem ao plenário e querem reabrir a representação.



Caso Brunini

Apontado de ter tumultuado uma audiência pública sobre "crise humanitária na Faixa de Gaza", o bolsonarista livrou-se por 12 x 3, mas não escapou de uma censura verbal. Petistas foram mobilizados para recorrer ao plenário para reabrir o caso.



Caso Lindbergh

O petista respondeu por falta de decoro ao ter chamado Carla Zambelli de "terrorista" no plenário. A acusação foi arquivada por 11 x 2. Agora, numa ação do General Girão, bolsonaristas querem reabrir o caso.



Caso Girão

O bolsonarista foi parar no conselho por ter ameaçado, numa reunião de comissão, "dar um soco" em Glauber Braga. A representação foi arquivada por 12 x 2. Insatisfeito, Gleisi Hoffmann recorre para reabrir o processo contra o deputado.



Caso Sâmia

A deputada Sâmia Bonfim (PSol-SP) foi acusada no Conselho de Ética de ofender deputados bolsonaristas na CPI do MST. Disse que Ricardo Salles (PL-SP) prestava contas ali ao "dinheirão" que recebeu de financiadores de sua campanha. Por 12 a 2, a ação contra a deputada foi arquivada, mas os bolsonarista General Girão também recorreu nesse caso.

na mesa da Câmara, no aguardo de decisão do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que tem o poder de pautar para decisão do plenário. Para a ação ser reaberta no conselho, o recurso precisa da maioria simples dos deputados presentes à votação.

O deputado Abílio Brunini (PL-MT) respondeu por quebra de decoro no conselho por ter tumultuado uma sessão da Comissão de Direitos Humanos da

Câmara que debatia a crise humanitária na Faixa de Gaza. O caso não avançou e foi arquivado por 12 x 3. Mas foi aprovada uma censura verbal ao bolsonarista. Insatisfeito com a punição branda, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), quer reabrir o caso e obteve adesão de 57 petistas e psolistas. A esquerda quer a cassação de Brunini.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) foi outro alvo dos aliados

de Bolsonaro. O petista, durante uma discussão no plenário, referiu-se a Carla Zambelli (PL-SP) como "terrorista". O PL o levou ao conselho, que arquivou o caso por 11 x 2. Também inconformado, o PL, provocado pelo deputado General Girão (RN), colheu assinaturas e recorre ao plenário.

"Utilizar-se da Câmara para disparar ofensas caluniosas contra uma representante do povo, sobretudo sob o termo de

terrorista, é conduta que merece reprovação, o que se justifica a cassação do mandato do representado", defende o PL contra Lindbergh.

Girão, que entrou com recurso contra o petista, também foi alvo da esquerda, que quer vê-lo de novo representado no conselho. Dessa vez, o partido autor da ação foi o PSol. O deputado, em uma discussão na Comissão de Relações Exteriores, ameaçou "dar um soco" em Glauber Braga (PSol-RJ). O caso foi arquivado por 12 x 2, mas quem entrou com recurso para reabrir a ação foi novamente Gleisi.

"A extrema direita, de forma rotineira e recorrente, tem utilizado a violência, o machismo e as ameaças em suas intervenções na Câmara. Dessa forma, havendo o representado agido ilegal e abusivamente, e de modo incompatível ao decoro parlamentar, impõe punição ao representado", propõe o PT na sua peça. A punição desejada é a cassação de Girão.

O quinto caso levado à Lira envolve Sâmia Bonfim (PSol-SP), acusada de ofender deputados bolsonaristas na CPI do MST, em 2023 e que nem teve um relatório final aprovado. Numa das reuniões, ela disse que o ex-ministro e deputado Ricardo Salles (PL-SP) defendia, ali, os interesses do agronegócio e que assim atuava para prestar contas "ao dinheirão" que recebeu de financiadores de campanha. Por 12 x 2 a ação contra Sâmia não foi acolhida. Girão, então, recorreu, após obter as assinaturas suficientes de seu grupo político.

Casa própria? Com o Passaporte Morar DF, agora dá!

O GDF criou o Passaporte Morar DF. Até R\$ 15 mil para famílias que recebem até cinco salários mínimos darem entrada na compra da casa própria.

PRISCILA PONTES
Beneficiada pelo Passaporte Morar DF

Saiba mais em df.gov.br/passaportemorardf

